

—☆ continuação

Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A.

(Companhia fechada) CNPJ nº 06.013.760/0001-10

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	31.12.2018	31.12.2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro antes dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social	32.508	25.134
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa e equivalentes de caixa gerado pelas atividades operacionais:		
Variações monetárias, cambiais e derivativos	2.227	60
Depreciações e amortizações	2.536	7.954
Reversão de provisão para contingências	(113)	(269)
Provisão para perdas de créditos esperados e perdas de créditos incobráveis	411	(215)
Plano de opção de compra de ações	-	(12)
Baixas e resultado na venda de ativos permanentes	118	336
Assistência médica complementar	267	188
Juros sobre empréstimos apropriados	286	177
Juros sobre obrigações com poder concedente	1.368	156
	39.608	33.509
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Contas a receber	(4.669)	(1.649)
Estoques	119	(372)
Ativo fiscal corrente	45	802
Depósitos judiciais	(909)	260
Outros ativos	135	(146)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(408)	1.147
Salários e obrigações sociais	382	(25)
Impostos, taxas e contribuições	519	(242)
Outros passivos	(17)	(339)
	34.805	32.945
Pagamentos obrigações com o poder concedente	(1.769)	(1.151)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(7.006)	(5.430)
Baixa de contingências por pagamento	(291)	(577)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	25.739	25.787
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisição de bens do imobilizado	(44.348)	(709)
Valor de alienação de bens do imobilizado	70	-
Aumento do ativo intangível	(31)	-
Juros sobre empréstimos capitalizados	671	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(43.638)	(709)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Empréstimos captados	21.178	-
Pagamentos de empréstimos	(4.287)	(1.527)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	85	(351)
Juros pagos por empréstimos	(741)	(180)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	16.235	(2.058)
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.664)	23.020
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	25.188	2.168
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	23.524	25.188
(Redução) Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa	(1.664)	23.020

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional: a) Informações gerais: A Convicon - Contêineres de Vila do Conde S.A. ("Companhia") tem por objeto a exploração comercial da instalação portuária do Terminal de Contêineres de Vila do Conde, no município de Barcarena, no Estado do Pará, desde maio de 2005, quando assumiu o arrendamento do Terminal, conforme Aditivo nº 02 do Contrato nº 14/2003, que até então era arrendado pela Transnav Ltda., desde setembro de 2003, por meio de implantação e exploração de pórtico para movimentação e armazenagem de contêineres, veículos e afins que envolvem sua atualização tecnológica e gerencial, bem como a expansão das referidas instalações mediante a realização de benfeitorias, outorga de direito de passagem na ponte de acesso aos píeres e utilização especial do berço de uso público 301, observando as normas legais e contratuais do respectivo porto e da União. Em 16 de novembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União - DOU o Extrato do 8º Termo Aditivo ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, firmado entre a Companhia e a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil ("MTPAC"), com a intervenção da Agência Nacional de Transportes Aquaviários ("ANTAQ") e da Companhia Docas do Pará ("CDP"), cujo objeto foi a prorrogação antecipada do referido arrendamento portuário até 18 de setembro de 2033. A controladora da Companhia é a Pará Empreendimentos Financeiros S.A., que detém 100% das ações que representam o capital social. **b) Compromissos principais decorrentes do Contrato de Exploração com a Companhia Docas do Pará - CDP:** A Companhia tem o compromisso de pavimentar, cercar e iluminar pelo menos 20.000 m² do lote A e adquirir equipamentos necessários para torná-lo apto à movimentação de, no mínimo, 30.000 contêineres após o quinto ano da assinatura do Contrato. Como parte da remuneração garantida à CDP pelo contrato de exploração do Terminal, a Companhia está obrigada a efetuar pagamentos de valores por contêiner movimentado, sendo R\$18,78 por contêiner cheio movimentado, R\$3,78 por contêiner vazio movimentado e R\$1,88 por movimentação de carga unitizada por tonelada. As instalações em exploração e os bens de propriedade da CDP, em utilização pela Companhia, deverão ser mantidos em perfeitas condições de uso. Todas as melhorias efetuadas nessas instalações, como qualquer equipamento, software, sistema informatizado e computadores, sistemas de comunicação e segurança e sistemas de controle da área do Porto, necessários às operações de contêineres, serão transferidas à CDP após o término ou a extinção do contrato. A Companhia tem o compromisso contratual de pagar à CDP remuneração pela exploração do Terminal ao longo do período contratual (15 anos), em

parcelas mensais de aluguel e arrendamento operacional, acrescidas, em setembro de cada ano, pela reposição da inflação por meio do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M. Em razão do Oitavo Aditamento ao Contrato de Arrendamento nº 14/2003, a Companhia assumiu o compromisso de investir até o final do ano de 2033, o montante de R\$129.044 em ampliação, equipamentos e sistemas. **2. Base de Preparação: a) Declaração de conformidade:** As presentes demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil. Este é o primeiro conjunto de demonstrações contábeis anuais no qual o CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes e do CPC 48 - Instrumentos Financeiros, foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na nota explicativa nº 3. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria em 12 de abril de 2019. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **b) Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em real - R\$, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações contábeis a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2019, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 6 - provisão para perdas de crédito esperada; • Notas explicativas nº 9 e 10 - vida útil dos ativos; • Nota explicativa nº 12 - reconhecimento e mensuração de provisão para riscos, tributários, trabalhistas e cíveis; • Nota explicativa nº 18 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidades de lucro tributável futuro; • Nota explicativa nº 20 - mensuração de obrigações de benefícios: principais premissas atuariais. **Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui a avaliação e responsabilidade geral

continua—☆